

**EXPEDIENTE EXTERNO/DESPACHOS**

Nº entrada DGIP	Entidade Exterior	Referencia/Data	Assunto
<b>36241</b>	Câmara Municipal de Lisboa	32183/INF/DMURB_DepAGU_Div SLAL/GESTURBE/2021 23/09/2021	Prédio 711 AV José Malhoa, 3 a 3A Processo 162/EDI/2020 ampliação - Parecer favorável
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	
<p>A ARQUITETO RIBEIRO STAVIO AQUINO NA DATA DO PROCESSO DA PRESENTE APROVAÇÃO, BOM LUGAR O ENVIO A EQUIPA DE PROJEÇÃO EM VISTA A CUMPRIR A ENTREGA DA FASE DE PROJETO DE EXECUTIVIDADE DA CML. c/c DR. HELENA LUCAS</p>			
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	
<p>OUT. TENSIA PARA DCL JOANA MATEUS 28.9.2021</p> <p><b>Joana Mateus</b> Diretora Direção de Projetos e Obras DGIP</p>			
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	
Despacho/Data/Assinatura		Despacho/Data/Assinatura	



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Gabinete do Vereador Ricardo Veludo**

**Processo: 162-EDI-2020**

Informação nº 32183/INF/DMURB\_DepLU\_DivLU/GESTURBE/2021

**APROVO**

Nos termos e com os fundamentos constantes na informação e despachos inseridos no sistema Geslis e que se anexam ao presente despacho.

O Vereador

Ricardo Veludo

Por delegação e subdelegação de competências conforme Desp. Nº 99/P/2017, publicado no 1º Supl. ao B.M. nº 1240, de 23/11/2017 alterado e republicado pelo Desp. Nº 56/P/2021, publicado no 3º Supl. ao B.M. nº 1420, de 06/05/2021.

Assinado por : **RICARDO MANUEL MORAIS  
VELUDO E SILVA**  
Num. de Identificação Civil: BI098760297  
Data: 2021.09.23 13:00:09 +0100



**CARTÃO DE CIDADÃO**

*Entrada DGI 36241 28.09.2021*



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
Departamento de Licenciamento Urbanístico  
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Folha n.º

**Informação**

N.º 32183/INF/DMURB\_DepLU\_DivLU/GESTURBE/2021

**Data**

26-08-2021

**Assunto:** Ampliação

**Processo n.º** 162/EDI/2020

**Requerente:** Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

**Local:** Av José Malhoa, 3-3B

**Freguesia:** Campolide

**Despacho**

Foi elaborada a informação técnica n.º 18257\_INF\_DMURB\_DepLU\_DivLU\_2021 e respectivos despachos superiores (elementos digital n.º 138041/2021), tendo, o requerente, sido notificado nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA para efeitos de audiência prévia.

Pelo processo n.º 6635/OTR/2021 vem o requerente formalizar junção de elementos, que seguidamente se irão apreciar.

Esta informação tem por base a análise aos seguintes elementos digitais constantes da plataforma Gesturbe, pelo que, caso esses elementos não se encontrem atualizados, deverá o requerente/técnico autor proceder à entrega de novos elementos em formato digital:

- Peças desenhadas (elemento digital n.º 161954/2021);
- Índice das Peças desenhadas (elemento digital n.º 161951/2021);
- Resposta à notificação (elemento digital n.º 161953/2021);
- Ficha de INE (elemento digital n.º 161950/2021);
- Quadro sinóptico (elemento digital n.º 161952/2021);
- Cálculo das compensações urbanísticas (elemento digital n.º 161949/2021);
- Projeto de SCIE (elemento digital n.º 161956/2021).
- TR Projeto de SCIE (elemento digital n.º 161957/2021).

Relativamente às peças desenhadas (plantas, alçados e cortes propostos) agora apresentadas observa-se alterações nos pisos de estacionamento (pisos -1 e 0) ao nível do interior por forma a garantir mais lugares de estacionamento.

**Apreciação:**

1 – Relativamente aos condicionamentos de aprovação mencionados no anterior parecer do Departamento de Espaço Público (informação n.º 7972/INF/DMURB\_DepEP\_DivGPEP/GESTURBE/2021), nomeadamente:

- i) Correção do projeto de arquitetura, no que diz respeito à bolsa de estacionamento automóvel, ao longo da Av. José Malhoa e em frente ao edifício em questão;
- ii) Correção da planta do piso 0 do Plano de acessibilidades;



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
Departamento de Licenciamento Urbanístico  
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Foi solicitado ao referido departamento emissão de parecer técnico, tendo o mesmo emitido parecer favorável a 30/07/2021 (informação nº 28935/INF/DMURB\_DepEP\_DivGPEP/GESTURBE/2021).

2 – No que concerne ao cumprimento do art.75º do RPDML (estacionamento), tem-se a informar:

i) De acordo com a Planta de Ordenamento – Acessibilidade e Transportes, o projeto insere-se em Zona D, nos termos definidos na alínea d) do nº1 do art.74º do RPDML, com a remissão do nº3, do art.75º, para os parâmetros de estacionamento constantes no Anexo X que determina para o uso de serviços um mínimo de 0,9 e um máximo de 2,2 lugares por 100m<sup>2</sup> de S.P. Neste sentido para uma área de S.P. de 6.493,20m<sup>2</sup> (valor indicado na ficha de INE) o edifício deveria contemplar 58 a 143 lugares de estacionamento.

ii) O edifício atualmente contempla 62 lugares de estacionamento (alguns em modelo de estacionamento duplo).

ii) Por forma a dar resposta ao despacho da Srª Diretora da DMU, no que diz respeito ao número de lugares de estacionamento, é mencionado na M.D. (pág. 2 e 3, ponto 4) e verificado nas plantas dos pisos -1 e 0 a cores convencionais (desenhos nº A-02-01\_R3 e nº A-02-02\_R3) a proposta de alteração na disposição e dimensão de alguns lugares de estacionamento, sendo propostos um total de 58 lugares, garantindo o número mínimo de lugares de estacionamento previstos pelo art.75º do RPDML.

iii) É também mencionado pelo técnico autor que os lugares acrescentados à anterior proposta se apresentam de acordo com os existentes em antecedente válido, o que se julga ser de aceitar, remetendo ao TR do técnico autor do projeto nos termos do art.10º do RJUE.

iv) Neste sentido julga-se que a proposta dá cumprimento ao art.75º do RPDML, remetendo-se à consideração superior um melhor entendimento na matéria.

3 – Informa-se que é apresentada nova ficha de INE corrigida em conformidade com todos os elementos instrutórios de acordo com o nº 6 do art.77º do RMUEL.

4 – Mais se informa que é entregue novo quadro para aferição das compensações urbanísticas.

4.1 – Informa-se que por a pretensão se tratar de um edifício com Superfície de Pavimento superior a 1 800 m<sup>2</sup>, segundo a alínea b) do art. 63º-A do RMUEL, em articulação com a alínea a) do nº 1 do art.6º do RMUEL, foram apuradas as respectivas compensações urbanísticas. Alerta-se que, em sede de deferimento do pedido, as compensações urbanísticas agora apuradas serão, caso necessário, actualizadas.

Mais se informa que, a informação técnica e quadro com o valor apurado das compensações urbanísticas têm, respectivamente, os seguintes nºs de documentos digitais: 228275/2021 e 228250/2021.

**Conclusão:**

Face ao exposto, e se superiormente se aceitar o explanado no ponto nº 2 (estacionamento) julga-se estarem reunidas condições para a aprovação da presente pretensão.

Neste sentido, julga-se, de dar conhecimento ao requerente nos termos do art.114º do CPA.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
Departamento de Licenciamento Urbanístico  
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Remete-se à consideração superior outro entendimento.

A proposta de decisão fundamenta-se no cumprimento dos artigos que se enunciam:

Pela informação técnica nº 21217 \_INF\_DMURB\_DepLU\_DivLU\_2020:

- Nº1 do art.42º do RPDML – encerramento dos pórticos da galeria existente na fachada Sudeste; alinhamento da fachada principal com a transformação de alguns vãos ao nível do embasamento do edifício; abertura de vãos na fachada posterior do edifício;
- Art.42º do RMUEL - zona para a contentorização dos resíduos sólidos urbanos;
- Art.38º do RMUEL – altura livre entre pavimentos acabados e teto falso de 2,70m;
- DL 163/2006, de 08 de agosto – Acessibilidades;

Pela informação técnica nº 41283 \_INF\_DMURB\_DepLU\_DivLU\_2020:

- Art. 30º do RMUEL – Postos de Transformação;
- Alínea c) do nº 4 do art. 94º do RMUEL- Cores e materiais dos elementos que constituem as fachas e cobertura;
- Nº 1 do despacho municipal nº 128/P/2009 de 15 de outubro e no nº 3 do art. 10º do RJUE – TR topógrafo;

Pela informação técnica nº 18257 \_INF\_DMURB\_DepLU\_DivLU\_2021:

- Alínea e) do nº 1 do art.45º do RPDML – demolições;
- Art.4º do RPDML – Superfície de Pavimento;
- Alínea a) do nº 4 do art. 94º do RMUEL - planta de implantação;
- Nº 4 do art.94º do RMUEL – projeto de arquitetura;

Pela presente informação técnica:

- Art.75º do RPDML – estacionamento;
- Nº 6 do art.77º do RMUEL – compatibilização dos elementos instrutórios.

Deverá ser dado conhecimento ao requerente:

- Parecer do DEP - elemento digital nº 208340/2021

A Técnica

(Ana Barros, Arqª (DMU/DLU/DLU))



# Planta de Condicionantes do PDM e ARU \*

Requerente: .

Morada: Avenida José Malhoa, 3-3B

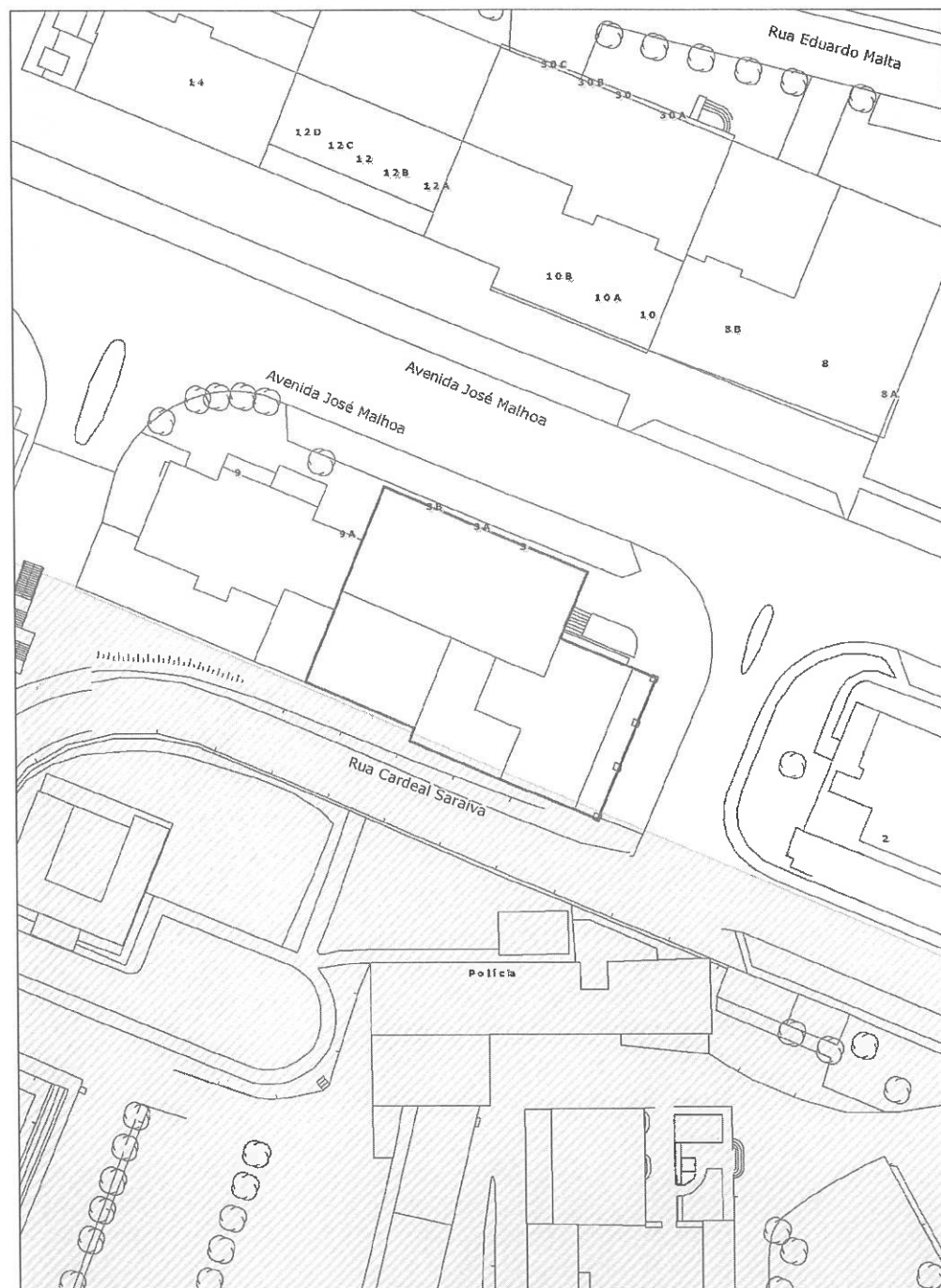
Fracção:

Freguesia: Campolide

Escala 1:1000

Data de Emissão: 10/02/2020

Número: 9846-2020



Sistema de Projecção de Coordenadas: ETRS89 PT-TM06 (EPSG: 3763)

## Resultados da Intersecção Geográfica

Aeroporto de Lisboa

Nome: Plano Horizontal Interior

Condicionante: Sujeito a parecer da Autoridade Nacional de Aviação Civil, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145m.

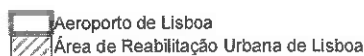
Área de Reabilitação Urbana (ARU)

Nome: Área de Reabilitação Urbana de Lisboa

Condicionante: Aviso nº8391/2015 do Dec.Lei 2ª série nº148 de 31 Julho de 2015

Entidades a consultar:

Autoridade Nacional de Aviação Civil  
CML- Câmara Municipal de Lisboa



\* Validade de um mês a partir da data de emissão



**Câmara Municipal de Lisboa**  
Direção Municipal da Mobilidade  
Departamento de Gestão da Mobilidade

Data 2020-08-06

Informação nº INF/934/DGM/DMM/CML/20  
Referencia: 162/EDI/2020  
ENT/1398/DMM/CML/20

P.P nº 594

Requerente: SANTA CASA MISERICORDIA DE LISBOA

Local: Avenida José Malhoa, 3

Freguesia: Campolide

Assunto: Parecer no âmbito de processos de licenciamento urbanístico - serviços

Informação

Despacho

**1. Introdução e antecedentes**

No seguimento da informação 515/DGM/DMM/CML/20 vem o requerente entregar novos elementos para apreciação. Anteriormente tinha sido informado que era necessário criar um sistema de semaforização na zona de patamar definindo os locais de espera para cruzamento dos veículos, e dar cumprimento ao RCPEML no referente à dimensão da via de circulação interna.

**2. Análise**

Os elementos constantes deste processo preveem a instalação de um sistema semaforico. No entanto a via de circulação que permite aceder a lugares perpendiculares números 11, 12, 14 e 15 do piso 0 e aos lugares 10 a 14, 19, 20, 23 e 24 do piso -1 não possui as dimensões necessárias para a manobra.

Detetou-se que o requerente pretende aproveitar o desnível da rua para garantir a acessibilidade ao edifício no âmbito do DL 163/2006, oriando uma plataforma entre o edifício e os pilares existentes na fachada, acabando em degraus antes do acesso ao estacionamento.

A atenção da DGM/DMM  
para conhecimento e  
efeitos todos por consequen-  
tes, sendo que concordo  
com o teor de presente  
análise e informação

A 08/08/20

*[Handwritten signature]*

13/08/2020





**Câmara Municipal de Lisboa**  
Direção Municipal da Mobilidade  
Departamento de Gestão da Mobilidade

O requerente entregou novos elementos via eletrónica em anexo (des. A-01-02.R2 e des. A-01-02.R2 datados de Julho de 2020) alargando os lugares acima mencionados para 2,75 m. Esta solução permite maior facilidade na execução de manobras no acesso aos lugares de estacionamento face à dimensão reduzida da faixa de acesso, tomando em consideração que se trata de num edifício já existente e em que a estrutura não foi calculada para as novas exigências dimensionais no que respeita a estacionamento.

Quanto à solução exterior esclarece o requerente que *"foi referida a intenção de melhorar o perfil do percurso pedonal ao longo da Galeria que antecede os acessos ao edifício. Apesar de se pretender a continuidade da topografia existente no passeio da Avenida José Malhoa, teve de se conformar o passeio às três cotas de soleira que condicionam o seu desenvolvimento, designadamente: a rampa de estacionamento, a Entrada e o acesso ao PT. Verificando-se a impossibilidade de alterar nestes três pontos as cotas altimétricas, e por se localizarem nos limites e no centro da Galeria, conseguiu-se, com a introdução de três degraus atrás do pilar adjacente à rampa do estacionamento, criar uma plataforma que antecedendo o edifício, permite a determinada altura uma correspondência com o passeio público permitindo, nesse troço, o acesso incondicional e ágil ao edifício. A possibilidade de melhorar a topografia do passeio, apenas será viável in situ, durante a obra, onde localmente se podem propor ajustes que se diluem ao longo das superfícies adjacentes, estratégia que neste momento, seria de difícil concretização."*

Julgamos que a solução para a para a circulação pedonal na galeria poderá ter um menor impacto na via pública e no espaço disponível, no entanto a solução apresentada deverá ser avaliada pelo DEP de forma a encontrar e avaliar novas soluções.

### 3. Conclusão

Dadas as condicionantes estruturais existentes, e as alterações agora apresentadas nos desenhos (des. A-01-02.R2 e des. A-01-02.R2 datados de Julho de 2020), com a instalação de semáforos para gestão de circulação na rampa e alargamento dos lugares mais problemáticos, julga-se, s.m.o, que a organização interior do estacionamento estará em condições de ser aceite em termos de segurança e mobilidade.

Quanto a solução para a para a circulação pedonal na galeria e dada a explicação do projetista, esta deverá ser avaliada pelo DEP de forma a ter o menor impacto na via pública.

Os novos elementos devem ser entregues oficialmente nos serviços de urbanismo.

O Técnico

Alexandre Leal



Camara Municipal de Luísa  
Direção Municipal da Mobilidade

Despacho à  
INF 515/DGM/DMM/MML/20  
processo nº 132/EDP/2020

*copias enviadas  
para DGM*

A. extensão da DMU/DLU/Div. LU

Concordo com o teor da informação anexa (INF 515/DGM/DMM/MML/20), que se remete a essa divisão para conhecimento e devidos efeitos.

Foi enviado pela signatária um pdf único dos elementos que o DGM analisou e providências dessa divisão, para que fique condensado num único ficheiro e para memória futura os elementos sobre os quais o DGM se pronunciou efetivamente, o qual se encontra anexado digitalmente pela signatária.

Como principais conclusões e destaques deverá o promotor a quem projecta proceder a:

1. Avaliação complementar do ET apresentado, tendo em conta as condicionantes previstas para o PP da via considerada;
2. Verificação se tecnicamente exequível, o lugar de cargas e descargas proposto;
3. Redimensionamento se tecnicamente exequível, dos lugares de estacionamento, por forma a que possam a dispor de dimensões superiores aos mínimos regulamentares apenas para melhoria da funcionalidade do PE;
4. Criar sistema de semaforização na zona de trânsito e definir locais de espera para cruzamento de veículos.

Por último deverá a DMU avaliar e definir de forma clara e objetiva a forma de colocar os lugares de estacionamento em falta, face aos parâmetros preconizados e definidos no PDM.

A. Direção de Desaparelamento

Assinado por: **ANA LUÍSA DE MELO FERREIRA**  
Num. de Identificação: B1103427260  
Data: 2020.04.02 16:02:46 Hora de Verão de GMT



Ana Luísa Ferreira



## Câmara Municipal de Lisboa

Departamento de Gestão da Municipalidade

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

00000000000000000000

### 1. Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar o estado atual da obra de construção do edifício de habitação social, bem como o plano de execução para o período compreendido entre o presente relatório e o próximo. A obra encontra-se em fase de execução, com a maioria das atividades concluídas e algumas ainda em curso.

A obra encontra-se em fase de execução, com a maioria das atividades concluídas e algumas ainda em curso. O presente relatório tem como objetivo apresentar o estado atual da obra e o plano de execução para o período compreendido entre o presente relatório e o próximo.



### 2. Descrição

A obra encontra-se em fase de execução, com a maioria das atividades concluídas e algumas ainda em curso. O presente relatório tem como objetivo apresentar o estado atual da obra e o plano de execução para o período compreendido entre o presente relatório e o próximo. A obra encontra-se em fase de execução, com a maioria das atividades concluídas e algumas ainda em curso.

A obra encontra-se em fase de execução, com a maioria das atividades concluídas e algumas ainda em curso.

00000000000000000000



## Câmara Municipal de Lisboa

Departamento de Gestão da Mobilidade

*Página  
intercedente  
DOM*

avendo a Avenida de Marquês não premias que a servir, sendo adiantada a um nível superior e a possibilidade de que se venha a no funcionamento da circulação desta via. Contudo, a Avenida de Marquês está inserida no Plano de Fomento da Avenida de Marquês, o que o estudo de traçado deve atender a este facto e a criação de espaço para novas condições. Por outro lado, a prioridade do estacionamento dos táxis e autocarros deve ser garantida na zona da Casa da Câmara e da Câmara Municipal.

De acordo com a tabela 1 e que faz referência a art. 73º do PDM serão necessários entre 60 a 147 lugares de estacionamento para um edifício com estas características. Como a Câmara Municipal de Lisboa tem uma duração de 42 metros argumentando a viabilidade e a impossibilidade de criação de mais lugares de estacionamento numa área que tem uma duração não adaptada ao dimensionamento dos veículos automóveis e dos autocarros de circulação. Os critérios de intervenção deverão proporcionar quanto a necessidade a forma de colocar os números de lugares de estacionamento a criar.

Quanto ao acesso, estão em a largura de 5,0m de acordo com o Regulamento de Construção do Plano de Estacionamento de Veículos de Lisboa (RCEPVL) e também o acesso de veículos de passageiros e de transporte de passageiros.



No plano de estacionamento este previsto no lugar da rua da Avenida de Marquês, espaço que provavelmente poderá ser utilizado para estacionamento de veículos de passageiros e de transporte de passageiros. A rua da Avenida de Marquês, que está a ser criada, poderá ser utilizada para estacionamento de veículos de passageiros e de transporte de passageiros. A rua da Avenida de Marquês, que está a ser criada, poderá ser utilizada para estacionamento de veículos de passageiros e de transporte de passageiros.

De acordo com o plano de estacionamento, a rua da Avenida de Marquês, que está a ser criada, poderá ser utilizada para estacionamento de veículos de passageiros e de transporte de passageiros. A rua da Avenida de Marquês, que está a ser criada, poderá ser utilizada para estacionamento de veículos de passageiros e de transporte de passageiros.



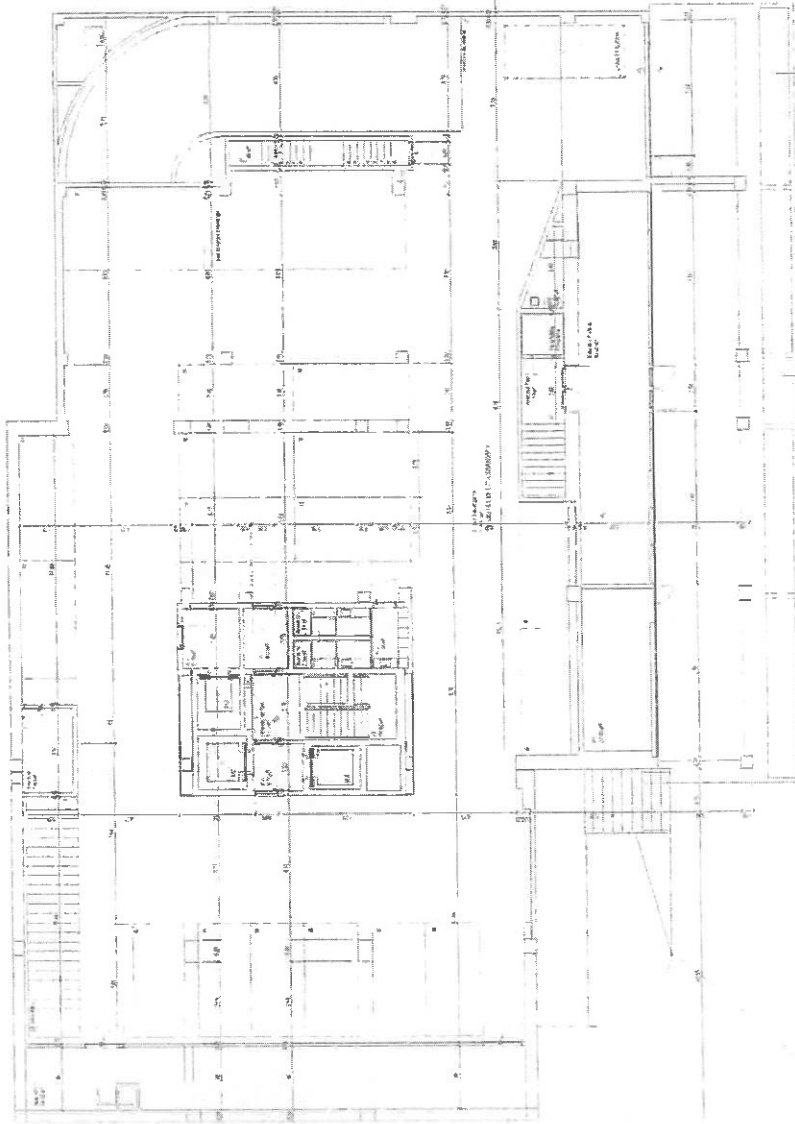


FIG. 101

FIG. 102

A-01-03\_R2

PROYECTO: [illegible]  
CLIENTE: [illegible]  
FECHA: [illegible]  
AUTOR: [illegible]  
DISEÑO: [illegible]  
CONSTRUCCIÓN: [illegible]  
MATERIAL: [illegible]  
COSTO: [illegible]  
OBSERVACIONES: [illegible]  
REVISIÓN: [illegible]  
APROBACIÓN: [illegible]  
FIRMAS: [illegible]  
ESTADO: [illegible]  
NOTAS: [illegible]

[illegible]



)

)



## Ana Coutinho (DMM/DGM)

---

**De:** Alexandre Leal (DMM/DGM)  
**Enviado:** 31 de julho de 2020 15:42  
**Para:** Antonio Abreu (DMM/DGM); Fernando Valente (DMM/DGM); Ana Coutinho (DMM/DGM)  
**Assunto:** FW: 48418 2020-07-31 DGM (162/EDI/2020 - Av José Malhoa, 3) novos elementos  
**Anexos:** A-01-02\_R2 (Plantas - Proposta - Piso -1).dwf; A-01-03\_R2 (Plantas - Proposta - Piso 0).dwf; 48418-02 B-00 (Informação DGM).pdf

Alexandre Leal

Direcção Municipal de Mobilidade  
Departamento de Gestão de Mobilidade  
Av. Alexandre Herculano, 46 - 2º piso  
1269-054 LISBOA

tel: 21 35 88 544  
E-mail: [alexandre.leal@cm-lisboa.pt](mailto:alexandre.leal@cm-lisboa.pt)

---

**De:** GB Maria João Gamito <[maria.gamito@byrneaq.com](mailto:maria.gamito@byrneaq.com)>  
**Enviado:** 31 de julho de 2020 10:51  
**Para:** Alexandre Leal (DMM/DGM) <[alexandre.leal@cm-lisboa.pt](mailto:alexandre.leal@cm-lisboa.pt)>  
**Cc:** Antonio Abreu (DMM/DGM) <[antonio.p.abreu@cm-lisboa.pt](mailto:antonio.p.abreu@cm-lisboa.pt)>; Fernando Valente (DMM/DGM) <[fernando.m.valente@cm-lisboa.pt](mailto:fernando.m.valente@cm-lisboa.pt)>; Joana Isabel de Almeida Peres Rodrigues Mateus <[joana.mateus@scml.pt](mailto:joana.mateus@scml.pt)>; GB Mafalda Gallo <[mafalda.gallo@byrneaq.com](mailto:mafalda.gallo@byrneaq.com)>; Rute Alexandra Lemos Ribeiro <[rute.ribeiro@scml.pt](mailto:rute.ribeiro@scml.pt)>; GB Nuno Marques <[nuno.avmarques@byrneaq.com](mailto:nuno.avmarques@byrneaq.com)>  
**Assunto:** 48418 2020-07-31 DGM (162/EDI/2020 - Av José Malhoa, 3)

Boa tarde Eng. Alexandre Leal,

Em resposta ao que me transmitiu, via telefone, sobre algumas questões afectas à mobilidade a corrigir no Projecto de Reabilitação do Interior do Imóvel na Avenida José Malhoa, 3, com o nº de processo camarário 162/EDI/2020, anexo a resposta gráfica e descritiva nas versões digitais Dwf e Pdf.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Gamito  
[maria.gamito@byrneaq.com](mailto:maria.gamito@byrneaq.com)

Gonçalo Byrne Arquitectos, Lda.  
Rua da Escola Politécnica, 745  
1250-101 Lisboa - Portugal  
T: +351 21 350 41 00  
F: +351 21 350 41 05  
[goncalo@byrneaq.com](mailto:goncalo@byrneaq.com)  
[www.byrneaq.com](http://www.byrneaq.com)

On 28/07/2020 15:49, Alexandre Leal (DMM/DGM) wrote:

Boa tarde arquitecta,

Após uma análise do projecto de arquitectura, é necessário proceder a alterações no estacionamento de modo a que este seja funcional e cumpra o disposto no Regulamento de Construção de Parques de Estacionamento no Município de Lisboa. Será possível agendar uma

reunião para amanhã (23/07/2020) às 10.30 via whatsapp ou outro meio que achar por conveniente?

Com os melhores cumprimentos,

Alexandre Leal

**Direcção Municipal de Mobilidade**  
**Departamento de Gestão de Mobilidade**  
**R. Alexandre Herculano, 46 - 2º piso**  
**1269-054 LISBOA**

tel: 21 35 88 544

E-mail: [alexandre.leal@cm-lisboa.pt](mailto:alexandre.leal@cm-lisboa.pt)

## **Informação ao Departamento de Gestão e Mobilidade sobre Processo nº 162/EDI/2020**

Este documento pretende responder às questões colocadas pelo Departamento de Gestão de Mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa, sobre as situações a corrigir no Projecto de Reabilitação do Interior do Imóvel sito na Av. José Malhoa, 3, submetido a parecer camarário com o Processo nº 162/EDI/2020 a 4 de Fevereiro de 2020.

Este edifício, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tem dois pisos de estacionamento e é o intuito de melhorar a dimensão dos lugares, de forma, a agilizar a manobra de estacionamento automóvel o principal motivo desta informação, nomeadamente:

Piso -1 – Transformar os três lugares:10, 11 e 12 em apenas dois lugares, por forma, a aumentar a dimensão do lugar de estacionamento, compensando a dimensão restrita da via de circulação que dificulta a manobra de estacionamento.

Para além de suprimir o lugar 12, reposiciona-se o acesso ao Compartmento dos Lixos para esse pátio, permitindo, igualmente, aumentar a largura dos lugares 13 e 14. Esta proposta, considera que tal alteração não afecta o aumento significativo solicitado para os lugares 10 e 11.

Nesta faixa, considerando os lugares de 11 a 18, aumentam-se igualmente o comprimento dos lugares até à parede dos espaços de apoio do programa (Cofres, Compartmento dos Lixos, Sala de Segurança), passando a ter a dimensão de 5,00m.

Em ambos os Pisos – Aumenta-se a largura dos lugares 19, 20, 23, 24 do Piso -1 e dos lugares 11, 12, 14, 15, até ao limite definido pela circulação pedonal de forma a melhorar a manobra de estacionamento.

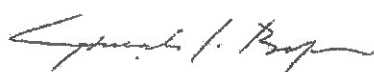
Previamente foi considerada a possibilidade de anular a porta da Antecâmara de acesso à escada E1, podendo este passar a processar-se através da porta da Antecâmara do Elevador EL3. Esta alteração permitiria aumentar a dimensão do espaço para os lugares de estacionamento mencionados, propondo-se o estacionamento na diagonal, o que agilizaria a manobra de estacionamento. Porém, de acordo com o Regulamento de Segurança Contra Incêndios, para observar as distâncias de segurança em caso de evacuação, a porta da Antecâmara da escada E1 tem de se manter, facto que induziu à solução referida no parágrafo anterior.

Por último, foi referida a intenção de melhorar o perfil do percurso pedonal ao longo da Galeria que antecede os acessos ao edifício. Apesar de se pretender a continuidade da topografia existente no passeio da Avenida José Malhoa, teve de se conformar o passeio às três cotas de soleira que condicionam o seu desenvolvimento, designadamente: a rampa de estacionamento, a Entrada e o acesso ao PT. Verificando-se a impossibilidade de alterar nestes três pontos as cotas altimétricas, e por se localizarem nos limites e no centro da Galeria, conseguiu-se, com a introdução de três degraus atrás do pilar adjacente à rampa do estacionamento, criar uma plataforma que antecédendo o edifício, permite a determinada altura uma correspondência com o passeio público permitindo, nesse troço, o acesso incondicional e ágil ao edifício.

A possibilidade de melhorar a topografia do passeio, apenas será viável in situ, durante a obra, onde localmente se podem propôr ajustes que se diluam ao longo das superfícies adjacentes, estratégia que neste momento, seria de difícil concretização.

Este documento esclarece as questões transmitidas pelo Departamento de Gesto e Mobilidade, no dia 28 de Julho de 2020.

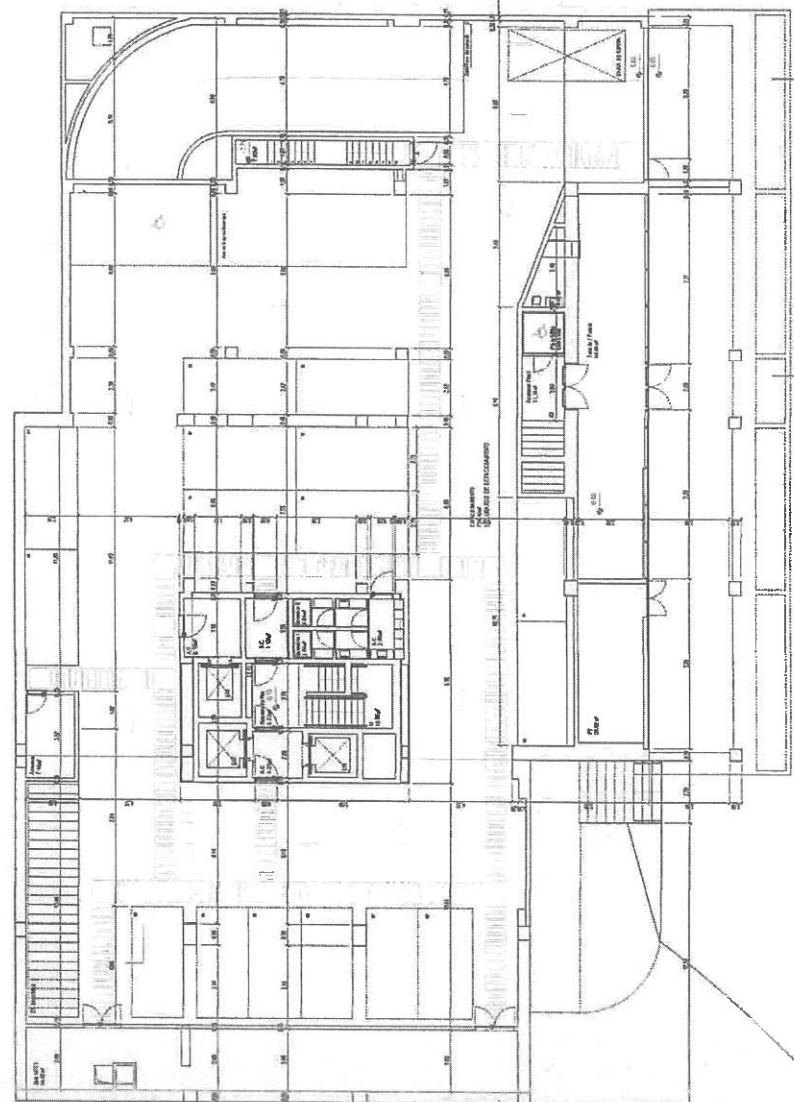
Lisboa, 29 de Julho de 2020



Gonçalo Byrne, arqº  
(OA nº 520)

B

C

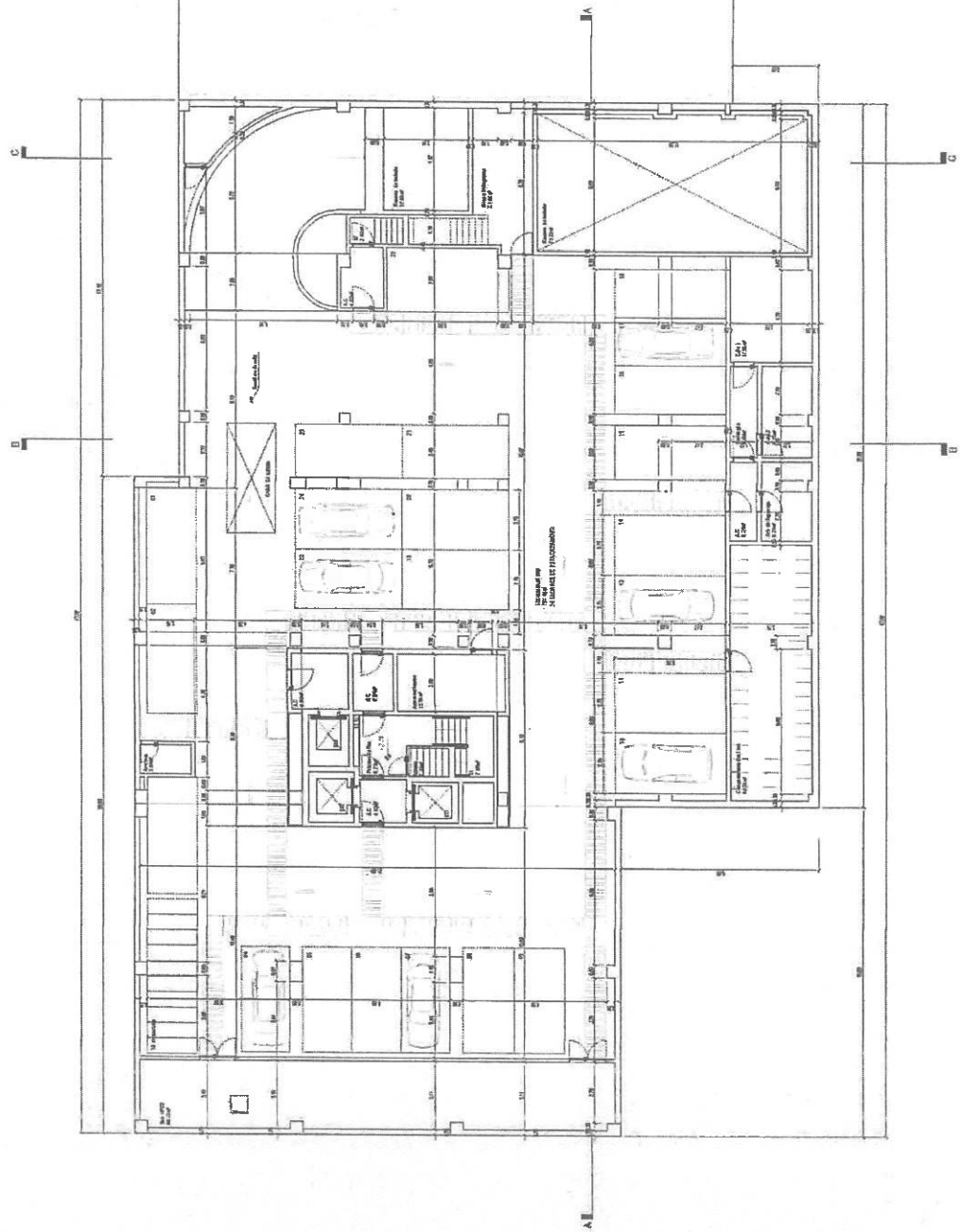


EDIFICIO

EDIFICIO

**PROYECTO:** Edificio de Oficinas y Almacén  
**CLIENTE:** Empresa de Construcción y Comercio  
**UBICACIÓN:** Calle 100 No. 100, Ciudad de México  
**FECHA:** 10/03/2010  
**PROYECTISTA:** Arquitecto Juan Carlos Rodríguez  
**PROYECTO:** Edificio de Oficinas y Almacén  
**CLIENTE:** Empresa de Construcción y Comercio  
**UBICACIÓN:** Calle 100 No. 100, Ciudad de México  
**FECHA:** 10/03/2010  
**PROYECTISTA:** Arquitecto Juan Carlos Rodríguez  
**PROYECTO:** Edificio de Oficinas y Almacén  
**CLIENTE:** Empresa de Construcción y Comercio  
**UBICACIÓN:** Calle 100 No. 100, Ciudad de México  
**FECHA:** 10/03/2010  
**PROYECTISTA:** Arquitecto Juan Carlos Rodríguez



[illegible]

2

)





**Câmara Municipal de Lisboa**  
 Direção Municipal de Higiene Urbana  
 Departamento de Higiene Urbana

Exma. Senhora

Diretora de Departamento de Higiene Urbana

Dra. Ana Sofia Ribeiro

Informação nº  
 INF/268/DHU/DMHU/CML/20

Data  
 2020-03-10

**Assunto:** Pedido de parecer sobre compartimento de RU's referente ao processo 162/ED1/2020

### Informação

Exma. Senhora Dra.,

De acordo com o artigo 25.º do Aviso 20811-B/2019 publicado em DR em 31 de Dezembro de 2019 (Regulamento de gestão de resíduos, limpeza e higiene urbana de Lisboa - RGRLHUL) o dimensionamento do local de deposição de resíduos sólidos urbanos é definido nas Normas técnicas dos sistemas de deposição de resíduos" (NTSDR). Nesse anexo são definidos os elementos que devem constar nos projectos de arquitectura sujeitos a controle prévio, bem como definidos os parâmetros de cálculos para a definição dos contentores necessário.

No caso em apreço e considerando uma área de 6311m2 de escritórios (área extraída do estudo de tráfego, em virtude de não se verificarem na MD as áreas considerados para efeitos de aplicação dos índices constantes na tabela II das NTSDR), verifica-se a necessidade de acomodar 45 contentores e uma área de compartimento de armazenagem de contentores com 51,75m2.

Em consulta à memória descritiva, verifica-se que são indicados um total de 41 contentores. Nas peças desenhadas verifica-se a presença de um compartimento, no piso -1, com a área de 43,50m2 e a presença de 50 contentores.

Apesar de não se verificar a área total necessária para o referido compartimento, observa-se que está garantido o número mínimo de contentores bem como a mobilidade dos mesmos e acessibilidade ao exterior, através da rampa de acesso de veículos.

Face ao exposto julga-se que o processo deverá ser **Deferido**.


### Despacho

Exma. Senhora  
 Chefe de Divisão de  
 Licenciamento Urbanístico  
 Arqt.ª Madalena Cunha

Em face do teor do presente parecer técnico, o qual subscrevo, remete-se o processo para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Departamento de  
 Higiene Urbana,

  
 - Ana Sofia Ribeiro -  
 2020-03-10



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Higiene Urbana

A distribuição dos contentores deverá ser a seguinte (45 contentores de 240L):

- 22 Contentores de indiferenciados
- 16 Contentores de papel
- 1 Contentores de vidro
- 6 Contentores de embalagens

O Técnico Superior (Arquiteto),

- Victor Nascimento -

VNMFC

Antonio Sousa (DMHU/NCARP)

ENT/260/DMHU/CMU/20

2020-03-05

De: dmhu.dhu  
 Enviado: 4 de março de 2020 16:53  
 Para: Antonio Sousa (DMHU/NCARP)  
 Cc: Cidália Marques (DMHU/NCARP)  
 Assunto: FW: Processo n.º 162/EDI/2020 - DHU  
 Anexos: 48418-02 A-00 (Arquitetura)[1].dwf; MD\_162.EDI.2020.pdf

Sinal. de seguimento: Dar seguimento  
 Estado do sinalizador: Sinalizado

Boa Tarde

Encaminha-se para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos,

Andra Chaves  
 Assistente Técnico

Câmara Municipal de Lisboa  
 Direção Municipal Higiene Urbana  
 Departamento Higiene Urbana  
 Av.ª Infante D. Henrique, Lote 1  
 1800-220 LISBOA  
 T. geral :218172960  
[www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt) | [dmhu.dhu@cm-lisboa.pt](mailto:dmhu.dhu@cm-lisboa.pt)

AO NGT  
 Any. Winston Nascimento  
 Para análise e parecer.

06.03.2020

Mário

Ana Sofia Ribeiro  
 Diretora do  
 Departamento de Higiene Urbana

DEFINIR

VIA MARIU.

2020.03.10.

De: dmhu.dlu.dlu  
 Enviada: 4 de março de 2020 16:44  
 Para: dmhu.dhu  
 Cc: Madalena Cunha (DMU/DLU); Ana Barros (DMU/DLU/DLU)  
 Assunto: FW: Processo n.º 162/EDI/2020 - DHU

Boa tarde,

Em cumprimento do determinado, pela Sra. Chefe da Divisão de Licenciamento Urbanístico, no email de hoje (dia 04/03/2020), solicita-se a emissão de parecer por esses Serviços, em relação ao projeto de arquitetura do processo n.º 162/EDI/2020, para a Avenida José Malhoa n.ºs 3-3B (na freguesia de Campolide).

Para o efeito, procede-se ao envio de Adenda à Memória descritiva e ficheiro DWF do projecto.

Em caso de se verificar a necessidade de eventuais esclarecimentos, o email definido pelo Departamento de Licenciamento Urbanístico é o da Divisão de Licenciamento Urbanístico ([dmu.dlu.dlu@cm-lisboa.pt](mailto:dmu.dlu.dlu@cm-lisboa.pt)).

Sem outro assunto.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Trindade  
 Jurista  
 Câmara Municipal de Lisboa  
 Direção Municipal de Urbanismo  
 Departamento de Licenciamento Urbanístico  
 Divisão de Licenciamento Urbanístico  
 Campo Grande n.º 25 - 4.º Piso, Bloco B | 1749-095 LISBOA  
 T. geral (+351) 211 968 000  
[www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt) | [dmu.dlu.dlu@cm-lisboa.pt](mailto:dmu.dlu.dlu@cm-lisboa.pt)



**AVISO DE CONFIDENCIALIDADE:** Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nele contidos ou anexados destinam-se a um ou a um grupo de destinatários e podem conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou igualmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais a respeito de terceiros a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE nº 2016/679-RD) de 27 de abril de 2016 e demais legislação aplicável, devendo manter em todo momento a confidencialidade e segurança de dados pessoais nele transmitidos. A Município de Lisboa informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano ou em posição de não relação, reprodução, divulgação, distribuição ou retransmissão desta informação é expressamente proibida e deverá ser imediatamente eliminada. Mediante a sua não divulgação os compromissos não serão legados.

**De:** Madalena Cunha (DMU/DLU)  
**Enviada:** 4 de março de 2020 15:56  
**Para:** dmu.dlu.dlu  
**Assunto:** FW: Processo n.º 162/EDI/2020 - DHU

De acordo com o estabelecido, solicita-se o envio dos elementos em anexo ao Departamento de Higiene Urbana para emissão de parecer.

**Madalena Cunha**  
 Chefe de Divisão  
**Câmara Municipal de Lisboa**  
 Direção Municipal de Urbanismo  
 Departamento de Licenciamento Urbanístico  
 Divisão de Licenciamento Urbanístico  
 Campo Grande n.º 25 – 4º Piso, Bloco B | 1749-099 LISBOA  
 T. geral (+351) 217 988 000 | (+351) 217 989 510 / 511  
[www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt) | [dmu.dlu.dlu@cm-lisboa.pt](mailto:dmu.dlu.dlu@cm-lisboa.pt)



**AVISO DE CONFIDENCIALIDADE:** Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nele contidos ou anexados destinam-se a um ou a um grupo de destinatários e podem conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou igualmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais a respeito de terceiros a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento UE nº 2016/679-RD) de 27 de abril de 2016 e demais legislação aplicável, devendo manter em todo momento a confidencialidade e segurança de dados pessoais nele transmitidos. A Município de Lisboa informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano ou em posição de não relação, reprodução, divulgação, distribuição ou retransmissão desta informação é expressamente proibida e deverá ser imediatamente eliminada. Mediante a sua não divulgação os compromissos não serão legados.

**De:** Ana Barros (DMU/DLU/DLU)  
**Enviada:** 4 de março de 2020 15:32  
**Para:** Madalena Cunha (DMU/DLU)  
**Assunto:** Processo n.º 162/EDI/2020 - DHU

Boa tarde, Arqª Madalena Cunha.

Solicita-se parecer da Divisão de Higiene Urbana, para o processo n.º 162/EDI/2020.

Estamos perante uma ampliação, com alterações de fachadas e de interiores num edifício de escritórios, na Av. José Malhoa, n.º 3.

Seguem Memória descritiva e respectivos elementos gráficos para análise.

Obrigada.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Lúcia Barros

## Arquitecta

**DMU - DepLU – DivLU****Câmara Municipal de Lisboa**

Direção Municipal de Urbanismo

Departamento de Licenciamento Urbanístico

Divisão de Licenciamento Urbanístico

Campo Grande n.º 25 – 4.º Piso, Bloco C | 1749-099 LISBOA

T. geral (+351) 217 988 000 | (+351) 217 988488

[www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt) | [ana.lucia.barros@cm-lisboa.pt](mailto:ana.lucia.barros@cm-lisboa.pt)

**AVISO DE CONFIDENCIALIDADE:** Esta mensagem e o conteúdo que a contém podem conter informações pessoais ou comerciais pertencentes a terceiros. Caso a mensagem não seja destinada a si, deverá não ser divulgada, copiada, reproduzida ou utilizada para qualquer fim. Caso contrário, poderá ser considerada responsável perante a entidade de origem da informação. A informação contida nesta mensagem é de natureza confidencial e pode conter informações pessoais ou comerciais pertencentes a terceiros. Caso a mensagem não seja destinada a si, deverá não ser divulgada, copiada, reproduzida ou utilizada para qualquer fim. Caso contrário, poderá ser considerada responsável perante a entidade de origem da informação. A informação contida nesta mensagem é de natureza confidencial e pode conter informações pessoais ou comerciais pertencentes a terceiros. Caso a mensagem não seja destinada a si, deverá não ser divulgada, copiada, reproduzida ou utilizada para qualquer fim. Caso contrário, poderá ser considerada responsável perante a entidade de origem da informação.



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
**Departamento de Espaço Público**  
**Divisão de Gestão de Projetos de Espaço Público**

Folha n.º

**Informação**

N.º 28935/INF/DMURB\_DepEP\_DivGPEP/GESTURBE/2021

**Data**

23-07-2021

**Assunto:** Ampliação

**Processo n.º** 162/EDI/2020

**Requerente:** Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

**Local:** Av José Malhoa, 3-3B

**Freguesia:** Campolide

À consideração superior,

Os presentes elementos que agora chegam para análise e no que às competências da Divisão de Gestão de Projecto de Espaço Público diz respeito, pretendem dar resposta ao solicitado no âmbito da Informação N.º 7972/INF/DMURB\_DepEP\_DivGPEP/GESTURBE/2021 datada de 23-02-2021

Os elementos que agora nos chegaram dão resposta ao solicitado no âmbito da informação antecedente

Assim sendo submete-se à consideração superior a comunicação ao serviço promotor da consulta, a ACEITAÇÃO por parte da Divisão de Gestão de Projectos de Espaço Público da solução de espaço público apresentada.

a arquitecta

(Luísa Pereira Pinto (DMU/DEP/DGPEP

Este texto não foi redigido ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico))

Assinado por: **LUÍSA MARIA PEREIRA PINTO**

Num. de Identificação: 09779801

Data: 2021.07.23 10:47:21+01'00'



**CARTÃO DE CIDADÃO**

**Despacho**

*Ao Exmo. Sr. DDEP, Arq. Pedro Dinis. Concordo com o p.p. Propõe-se emissão de parecer favorável*

Assinado por: **SOFIA MARQUES SANTOS**

**MOURÃO ROSA TROPA**

Num. de Identificação: 10105733

Data: 2021.07.23 11:16:28+01'00'



**CARTÃO DE CIDADÃO**

*À Sr.ª CDLU Arq.ª Madalena Cunha. Concordo. Emite-se parecer favorável para os devidos efeitos.*

Assinado por: **PEDRO MIGUEL COSTA BANDEIRA BRITO DINIS**

Num. de Identificação: 09516456

Data: 2021.07.30 15:58:07+01'00'



**CARTÃO DE CIDADÃO**

**FICHA DE ELEMENTOS ESTATÍSTICOS - Edificação**

<b>CARATERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO</b>	1 Código postal do local da obra	1070 - 157					
	2 Número de edifícios envolvidos.....						
	3 Área de Implantação (m <sup>2</sup> ).....	3 1288,00	1288,00				
	4 Área total de logradouro (m <sup>2</sup> ).....	4 -	-				
	5 Superfície total permeável (m <sup>2</sup> ).....	5 -	-				
	6 Área bruta de construção (m <sup>2</sup> ).....	6 8826,40	8926,40				
	7 Área útil total (m <sup>2</sup> ).....	7 7316,60	7552,70				
	8 Área total habitável (m <sup>2</sup> ).....	8 -	-				
	9 Número de pisos acima da cota soleira.....	9 10	10				
	10 Número de pisos abaixo da cota soleira.....	10 1	1				
	11 Altura da edificação (m).....	11 37.20	37.20				
	12 Altura da fachada (m).....	12 34.00	34.00				
	13 Volumetria do edifício (m <sup>3</sup> ).....	13 24 822,85	24493,53				
	14 Tipo de utilização do edifício.....	14 (5)	(5)				
<b>CARATERIZAÇÃO GERAL DA PROPOSTA</b>	15 Tipo de proprietário.....(1) <input type="checkbox"/> Pessoa singular.....(2) <input type="checkbox"/> Administração central.....(3) <input type="checkbox"/> Administração regional						
	(4) <input type="checkbox"/> Administração local.....(5) <input type="checkbox"/> Empresa privada.....(6) <input type="checkbox"/> Empresa de serviços públicos						
	(7) <input type="checkbox"/> Cooperativa de habitação....(8) <input checked="" type="checkbox"/> Instituição sem fins lucrativos						
	16 Tipo de requerente.....(1) <input type="checkbox"/> Pessoa singular.....(2) <input type="checkbox"/> Administração central.....(3) <input type="checkbox"/> Administração regional						
	(4) <input type="checkbox"/> Administração local.....(5) <input type="checkbox"/> Empresa privada.....(6) <input type="checkbox"/> Empresa de serviços públicos						
	(7) <input type="checkbox"/> Cooperativa de habitação....(8) <input checked="" type="checkbox"/> Instituição sem fins lucrativos						
	17 Objetivo da obra.....(1) <input checked="" type="checkbox"/> Uso próprio.....(2) <input type="checkbox"/> Venda.....(3) <input type="checkbox"/> Arrendamento						
18 Valor total previsto para a obra (€)	3 718 000,00€						
19 Infraestruturas de saneamento propostas.....(1) <input checked="" type="checkbox"/> Rede.....(2) <input type="checkbox"/> Autónoma							
20 Infraestruturas de água propostas.....(1) <input checked="" type="checkbox"/> Rede.....(2) <input type="checkbox"/> Autónoma							
<b>CARATERIZAÇÃO DOS USOS PROPOSTOS</b>	21 A intervenção proposta destina-se exclusivamente a estacionamento? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não						
		Situação existente			Situação proposta		
		Nº de lugares	Área (m <sup>2</sup> )	Nº de lugares	Área (m <sup>2</sup> )		
	22 Estacionamento privado coberto.....	22 62	1906,64	58	1805,47		
	23 Estacionamento privado descoberto....	23					
	24 Estacionamento público coberto.....	24					
	25 Estacionamento público descoberto....	25					
		Nº de frações	Código uso dominante	Superfície de pavimento (m <sup>2</sup> )	Nº de frações	Código uso dominante	Superfície de pavimento (m <sup>2</sup> )
	26 Uso habitacional.....	26					
	27 Uso terciário.....	27 1	54		1	54	
	28 Uso terciário (comércio).....	28					
	29 Uso terciário (serviços).....	29		6485,85			6493,20
	30 Uso de turismo.....	30					
	31 Uso de equipamento.....	31					
	32 Uso de logística.....	32					
	33 Uso de industrial.....	33					
	34 Uso de produção agrícola.....	34					
		Existente			Proposto		
	35 Superfície impermeável destinada a fins lúdicos e desportivos (m <sup>2</sup> ).....	35 -			-		
36 Muros ou vedações (ml).....	36 -			-			
37 Nº de habitações a custos controlados	37			-			
38 Nº de divisões (uso habitacional).....	38 -			-			
	Nº alojamentos	Capacidade de alojamento (nº de indivíduos)	Nº alojamentos	Capacidade de alojamento (nº de indivíduos)			
39 Alojamento de convivência (lares, orfanatos, conventos, casas de estudantes e similares).....	39 -	-	-	-			

## FICHA DE ELEMENTOS ESTATÍSTICOS - Edificação

CARACTERIZAÇÃO  
DOS FOGOS

	Situação existente					Situação proposta			
	Piso	Lado	Tipologia	Área útil (m²)		Piso	Lado	Tipologia	Área útil (m²)
40a					b				
41a					b				
42a					b				
43a					b				
44a					b				
45a					b				
46a					b				
47a					b				
48a					b				
49a					b				
50a					b				
51a					b				
52a					b				
53a					b				
54a					b				
55a					b				
56a					b				
57a					b				
58a					b				
59a					b				
60a					b				
61a					b				
62a					b				
63a					b				
64a					b				
65a					b				
66a					b				
67a					b				
68a					b				
69a					b				
70a					b				
71a					b				
72a					b				
73a					b				
74a					b				
75a					b				
76a					b				
77a					b				
78a					b				
79a					b				
80a					b				
81a					b				
82a					b				
83a					b				
84a					b				
85a					b				
86a					b				



## Instruções de Preenchimento

A presente "Ficha de Elementos Estatísticos" aplica-se exclusivamente às operações urbanísticas de Alteração, Ampliação, Construção e Reconstrução. No caso da sua proposta se tratar de uma construção num lote vazio, por favor preencha apenas os campos associados à "Situação Proposta".

Ao longo destas instruções de preenchimento, procurar-se-á esclarecer os conceitos subjacentes a cada indicador, bem como, eventuais condições a aplicar no seu preenchimento.

### Caraterização do edifício

Pretende-se o preenchimento de um conjunto de indicadores referentes ao edifício onde se insere a intervenção, comparando-se a situação existente com a situação proposta.

#### Linha 3: Área de implantação

A "Área de implantação" é a área de solo delimitada pelo perímetro exterior do contacto do edifício com o solo, acrescida, quando aplicável, da área de solo delimitada pelo perímetro exterior das paredes exteriores dos pisos em cave, na parte que se situa fora da prumada do perímetro exterior do contacto do edifício com o solo.

#### Linha 4: Área Total de Logradouro

A "Área Total de Logradouro" é a área de terreno livre de um lote ou parcela, adjacente à construção nele implantada e que, funcionalmente, se encontra conexas com ele, servindo de jardim, quintal ou pátio.

#### Linha 5: Superfície Total Permeável

Entende-se por "Superfície Total Permeável", a soma das superfícies de terreno não ocupadas com construções ou pavimentos impermeáveis tais como: edifícios, vias, passeios, estacionamento, piscinas e demais obras que impermeabilizam o terreno.

#### Linha 6: Área Bruta de Construção

A "Área (Bruta) de Construção" do edifício é o somatório das áreas de todos os pisos, acima e abaixo da cota de soleira, medidas pelo perímetro exterior das paredes exteriores, incluindo os espaços de circulação cobertos (átrios, galerias, corredores, caixas de escada e caixas de elevador) e os espaços cobertos (alpendres, telheiros, varandas e terraços cobertos). Excluem-se as áreas em sótão e em cave sem pé-direito regulamentar.

#### Linha 7: Área Útil Total

A "Área Útil Total" corresponde à soma das áreas de todos os compartimentos mais as zonas de circulação (superfície utilizável por pessoas).

#### Linha 8: Área Total Habitável

A "Área Total Habitável" corresponde à soma das áreas das divisões (superfície utilizável por pessoas situada em compartimentos habitáveis).

Por compartimento habitável deverá entender-se, o compartimento de um fogo destinado ao exercício de funções que implicam uma longa permanência, tais como dormir, preparar e tomar refeições, receber, estudar e trabalhar. Excluem-se as instalações sanitárias, vestíbulos, corredores, escadas, marquises, arrumos e despensas.

#### Linha 11: Altura da Edificação

A "Altura da Edificação" é a dimensão vertical medida desde a cota de soleira até ao ponto mais alto do edifício, incluindo a cobertura e demais volumes edificados nela existentes, mas excluindo chaminés e elementos acessórios e decorativos, acrescida da elevação da soleira, quando aplicável.

#### Linha 12: Altura da Fachada

A "Altura da Fachada" é a dimensão, medida a partir da cota de soleira até à linha superior da cornija, platibanda ou guarda de terraço, acrescida da elevação da soleira, quando aplicável.

#### Linha 13: Volumetria do edifício

A "Volumetria do edifício" é a medida do volume edificado acima do nível do solo, definido pelos planos que contêm as fachadas, a cobertura e o pavimento a que está referida a cota de soleira. Nos casos de elevação da soleira positiva, este pavimento é substituído pelo plano horizontal cujo nível corresponde à cota de soleira deduzida da elevação.

#### Linha 14: Tipo de Utilização do Edifício

Trata-se de um campo de escolha múltipla, que se destina a registar qual a utilização genérica do edifício antes e após a intervenção. Assim, deverá selecionar, consoante a situação, uma das seguintes opções:

- (1) Edifício principalmente habitacional com um alojamento;
- (2) Edifício principalmente habitacional com dois alojamentos
- (3) Edifício principalmente habitacional com três ou mais alojamentos;
- (4) Edifício de habitação em convivência (lares, orfanatos, conventos, casas de estudantes e similares);
- (5) Edifício principalmente não residencial.

### Caraterização Geral da Proposta

#### Linha 15: Tipo de Proprietário e Linha 16: Tipo de Requerente

Trata-se de dois campos de escolha múltipla que se destinam a

qualificar tanto o proprietário do objeto da intervenção como o requerente. Assim, deverá selecionar, consoante o caso uma das seguintes opções:

- (1) **Pessoa Singular** - Pessoas singulares (particulares) não constituídas sob a forma de empresa que constroem ou mandam construir, para ocupação própria ou para arrendar;
- (2) **Administração Central** - O subsetor da administração central inclui todos os órgãos administrativos do Estado e outros organismos centrais cuja competência respeita à totalidade do território económico, com exceção da administração dos fundos de segurança social;
- (3) **Administração Regional** - O subsetor agrupa as administrações que, na sua qualidade de unidades institucionais distintas, exercem funções de administração a um nível inferior ao da administração central e superior ao local, exceto os fundos de Segurança Social da Administração Regional. A sua área de atuação estende-se ao território económico coberto por cada uma das regiões.
- (4) **Administração Local** - O subsetor da administração local inclui todas as administrações públicas cuja competência respeita somente a uma parte do território económico, à exceção das administrações locais de fundos de segurança social.
- (5) **Empresa Privada** - Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.
- (6) **Empresa de Serviços Públicos** - Sociedade constituída nos termos da lei comercial, na qual o estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em virtude de alguma das seguintes circunstâncias: a) detenção da maioria do capital ou do direito de votos; b) direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos da administração ou de fiscalização.
- (7) **Cooperativa de Habitação** - Cooperativa que tenha por objeto principal a promoção, construção ou aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua manutenção, reparação ou remodelação. As cooperativas de habitação e construção constituem-se obrigatoriamente por escritura pública.
- (8) **Instituição sem fins lucrativos** - São entidades jurídicas ou sociais criadas para produzir bens ou serviços cujo estatuto não lhes permite ser uma fonte de rendimento, lucro ou outros ganhos financeiros para as unidades que

as estabelecem, controlam ou financiam. Os possíveis excedentes que surjam não podem ser apropriados por outras unidades institucionais. As ISFL podem ser criadas para prestar serviços em benefício das pessoas ou sociedades que as controlam ou financiam; ou podem ser criadas com fins caritativos, filantrópicos ou sociais, para fornecer bens ou serviços a outras pessoas com necessidades; ou podem ter como objetivo prestar serviços de saúde ou educação contra remuneração mas sem lucro; ou para promover os interesses de grupos de pressão em círculos empresariais ou políticos, etc.

#### Linha 17: Objetivo da Obra

Trata-se de um campo de escolha múltipla que se destina a registar qual o destino final que se prevê para a obra. Assim, consoante a situação deverá selecionar uma das seguintes opções:

- (1) Uso próprio;
- (2) Venda;
- (3) Arrendamento;

#### Linha 19: Infraestruturas de Saneamento propostas e Linha 20: Infraestruturas de Água propostas

Campos de preenchimento obrigatório quando a operação urbanística em causa seja de ampliação, reconstrução ou construção (assinalar com uma cruz nos campos aplicáveis).

### Caraterização dos Usos Propostos

#### Linhas 26 a 34

Este conjunto de campos destina-se a descrever os usos existentes e propostos, devendo ser preenchidos para esse efeito três campos: número de frações, código uso dominante e superfície de pavimento.

Na **Linha 27** pretende-se o preenchimento do número de frações e código de uso dominante do Uso Terciário, sendo que, as **Linhas 28 e 29**, se destinam a distinguir a superfície de pavimento destinada a comércio e serviços, respetivamente.

A **Superfície de Pavimento** corresponde à área, abaixo ou acima da cota de soleira, medida em m<sup>2</sup>, pelo perímetro exterior das paredes exteriores, destinada aos diferentes usos previstos no plano: habitação, comércio, serviços, turismo, indústria compatível, logística e equipamentos privados, incluindo armazéns e arrecadações e excluindo varandas, áreas em sótão e em cave sem pé direito regulamentar e espaços exteriores cobertos de utilização coletiva (alpendres, telheiros e terraços cobertos).

No preenchimento do **Código Uso Dominante**, deverá ter-se em atenção a seguinte correspondência entre os usos previstos no artigo 4º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa e os definidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

Uso Plano Diretor Municipal (Artigo 4º)		Uso Instituto Nacional de Estatística	Código
Habitacional		Habitacional	11
		Convivências (lares, orfanatos, conventos, casas de estudantes e similares)	12
		Estabelecimento hoteleiro (alojamento local)	41
Terciário		Administração pública (serviços públicos)	71
		Unidades comerciais com área superior a 2000m²	51
		Centros comerciais	52
		Comércio tradicional	53
		Escritórios	54
		Restauração e bebidas (inclui discotecas e outros espaços para dança)	42
		Transportes (caminhos de ferro, rodoviário, aéreo e navegação)	61
		Comunicações (correio e telecomunicações)	62
		Parques de estacionamento e interfaces	63
Turismo		Estabelecimento hoteleiro (não inclui estabelecimentos de alojamento local)	41
Equipamento		Administração pública (equipamento)	71
		Serviços médicos (hospitais, centros de saúde, clínicas, maternidades, sanatórios, ...)	72
		Equipamento de apoio à infância (creches, infantários e ATL...)	73
		Equipamento de apoio à 3ª idade (não inclui lares de terceira idade; inclui centros de dia e outros espaços similares)	74
		Ensino e pesquisa científica	75
		Atividades recreativas e culturais (teatros, cinemas, clubes, centros de férias, ...)	76
		Atividades desportivas de grande dimensão (estádios desportivos, centros de estágio...)	77
		Atividades desportivas de pequena dimensão (piscinas, ginásios...)	78
		Culto e inumação (igrejas, capelas, morgues, crematórios, etc.)	79
Logística	Oficina de comércio e reparação de veículos e maquinaria	Comércio tradicional	53
	Armazém autónomo	Uso geral	80
	Comércio grossista	Unidade comercial de dimensão relevante	51
	Gestão de resíduos	Uso geral	80
Industrial		Indústria transformadora	32
Produção Agrícola		Agricultura (edifícios destinados à agricultura, silvicultura, horticultura, fruticultura, viticultura e pecuária)	21

#### **Linha 35: Superfície impermeável destinada a fins lúdicos e desportivos**

Área, expressa em m<sup>2</sup>, impermeabilizada com piscinas, tanques, campos de jogos ou outros recintos.

#### **Linha 36: Muros ou vedações**

Medida em metros lineares relativa a muros de suporte ou outras vedações confinantes com a via ou dela divisíveis, cuja extensão é medida em metros lineares.

#### **Linha 37: Número de Habitações a Custos Controlados**

Esta área destina-se exclusivamente a intervenções que envolvam obras de ampliação, construção ou reconstrução.

Entende-se por **habitação de custos controlados**, fogo ou unidade residencial construída com apoio financeiro do Estado e sujeita a limites de área bruta, custo de construção e preço de venda fixados por legislação em vigor.

#### **Linha 38: Número de divisões (Uso Habitacional)**

Este campo apenas se aplica quando a situação existente e ou a situação proposta envolva o uso Habitacional.

Entende-se por **divisão**, o espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4m<sup>2</sup> de área e 2m de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4m<sup>2</sup>.

### **Caraterização dos Fogos**

Esta área destina-se exclusivamente a intervenções que envolvam o Uso Habitacional (Linha 26) e em que o Código de Uso Dominante, existente ou proposto, assuma o valor "11".

Entende-se por **Fogo**, a parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e construída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privados complementares.

A cada fração/fogo deverá corresponder uma linha. Caso o número de fogos envolvidos pela operação urbanística ultrapasse o número de linhas disponibilizado, deverá ser impresso o número de cópias necessário à sua descrição.

## QUADRO SINÓTICO - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

(a preencher pelo serviço) Processo n.º \_\_\_\_\_

### Situação existente

Parqueamento para bicicletas ☐ Sim ☒ Não N.º de lugares \_\_\_\_\_

Coletores solares térmicos ☐ Sim ☒ Não Área \_\_\_\_\_ m2

Sistema centralizado ☐ Sim ☒ Não

Integrado arquitetonicamente ☐ Sim ☒ Não

Motivo

Outras formas de produção local de energia ☐ Sim ☒ Não

Solar fotovoltaico		kw
Eólico		kw
Biomassa		kw
Co-geração		kw
Área de recolha		m2
Volume reutilizado		m2

Aproveitamento de águas pluviais ☐ Sim ☒ Não

Reciclagem de águas residuais ☐ Sim ☒ Não

### Situação proposta

Parqueamento para bicicletas ☐ Sim ☒ Não N.º de lugares \_\_\_\_\_

Coletores solares térmicos ☐ Sim ☒ Não Área \_\_\_\_\_ m2

Sistema centralizado ☐ Sim ☒ Não

Integrado arquitetonicamente ☐ Sim ☒ Não

Motivo

Outras formas de produção local de energia ☐ Sim ☒ Não

Solar fotovoltaico		kw
Eólico		kw
Biomassa		kw
Co-geração		kw
Área de recolha		m2
Volume reutilizado		m2

Aproveitamento de águas pluviais ☐ Sim ☒ Não

Reciclagem de águas residuais ☐ Sim ☒ Não

GONÇALO NUNO PINHEIRO  
DE SOUSA BYRNE

Assinado de forma digital por GONÇALO  
NUNO PINHEIRO DE SOUSA BYRNE  
Dados: 2021.06.07 20:33:49 +01'00'

(assinatura do técnico responsável)



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
Departamento de Licenciamento Urbanístico  
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Processo n.º 162/EDI/2020

À Consideração do Sr. Diretor do DLU, Arq. Nuno Morais,

Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento de um projeto de alteração e ampliação de um edifício de uso terciário sito na Avenida José Malhoa, 3 – 3B, freguesia de Campolide, inserido no Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa.

A proposta prevê, a reformulação essencialmente do interior e alterações exteriores, com o encerramento dos pórticos da galeria existente na fachada Sudeste, ao nível do embasamento do corpo que formaliza o acesso principal ao edifício o alinhamento da fachada com a transformação de alguns vãos de vidro em grelhagens horizontais que materializam a frente de compartimentos técnicos, alçado Nordeste e a abertura de vãos na fachada posterior do edifício, alçado Sudoeste.

Considerando que os elementos apresentados através do processo 6635/OTR/2021, respondem às questões colocadas na informação técnica N.º 18257/INF/DMURB\_DepLU\_DivLU/GESTURBE/2021 de 07-05-2021 e respetivo despacho superior exarado 14-05-2021, que da análise efetuada ao projeto de arquitetura (Doc. Digital n.º 161954/2021), verifica-se que as alterações propostas não comprometem o disposto no n.º 1 do Artigo 42º do RPDML, cumprem a captação mínima de estacionamento conforme preconizado no artigo 75.º e Anexo X do RPDML, e nos termos do n.º 1 do artigo 20º do RJUE, do artigo 107º do RMUEL, e atendendo ainda ao determinado no n.º 2 do despacho 34/P/2013, retificado pelo Boletim Municipal 1007 de 06-06-2013, a apreciação dos pedidos de licenciamento não deverá incidir sobre as matérias respeitantes ao interior das edificações, incluindo as que digam respeito a acessibilidades, sendo que eventuais incumprimentos serão da inteira responsabilidade do(s) projetista(s), conforme termos de responsabilidade constantes do presente processo.

Considerando que a proposta mereceu os pareceres Favoráveis do DHU, informação n.º INF/268/DHU/DMHU/CML/20 de 03-10-2020 (Doc. Digital n.º 57443/2020) e do DGM, dado que foi apresentado Estudo de Tráfego e Acessibilidades devido à superfície de pavimento ser superior a 2000m², informação n.º INF/934/DGM/DMM/CML/20 de 13-08-2020 e, atendendo às alterações propostas ao nível das galerias e o seu impacto na via pública, foi dada resposta às condicionantes do DEP que emitiu parecer Favorável, informação N.º 28935/INF/DMURB\_DepEP\_DivGEP/GESTURBE/2021 de 30-07-2021 (Doc. Digital n.º 208340/2021).



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
Departamento de Licenciamento Urbanístico  
Divisão de Licenciamento Urbanístico

Processo n.º 162/EDI/2020

Considerando que os elementos a demolir não têm interesse arquitetónico relevante (Fotografias Doc. Digital n.º 19720/2021 e 20988/2021), propõe-se a aceitação do enquadramento das demolições propostas, referentes à reformulação do interior, na alínea e) do n.º 1 do artigo 45º do RPDML.

Caso superiormente se concorde com o enquadramento proposto para as demolições, verifica-se que estão reunidas as condições para se propor aprovação do projecto de arquitectura, nos termos e fundamentos expressos na informação técnica N.º 32183/INF/DMURB\_DepLU\_DivLU/GESTURBE/2021 de 26-08-2021.

Tendo em consideração as características da pretensão e o seu enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 6º do RMUEL, deverá ser dado conhecimento da informação N.º 32179/INF/DMURB\_DepLU\_DivLU/GESTURBE/2021 de 26-08-2021 (Doc. Digital n.º 228275) e da respetiva Tabela de Cálculo de Compensação Urbanística (Doc. Digital n.º 228250/2021), alertando-se no entanto que o valor em causa poderá ser alterado, atendendo que as compensações urbanísticas só serão aferidas no momento do deferimento da pretensão.

Deverá ser dado conhecimento do teor do parecer do DEP (Doc. Digital n.º 208340/2021).

O presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho.

A Chefe de Divisão

Assinado por : **MARIA MADALENA TRINCÃO  
SILVA CUNHA**  
Num. de Identificação: 06838829  
Data: 2021.09.13 12:02:39+01'00'



**Madalena Cunha (DMU/DLU)**

(cf. subdelegação de competências, acometidas através do Despacho n.º 1/DLU/DMU/CML/2021, de 07/06/2021, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1425, de 11 de junho)



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Urbanismo**  
Departamento de Licenciamento Urbanístico

**Fls:**

**Processo:** 162/EDI/2020

**DESPACHO**

À Consideração da Exma. Senhora Diretora da DMU

Atendendo à análise técnica efetuada e respetivo despacho, com o qual concordo, julga-se que se encontram reunidas condições para se aprovar o projeto de arquitetura nos termos e com os fundamentos propostos.

O Diretor do DLU

Assinado por: **Nuno Miguel Vasconcelos Abreu**

**Flor de Moraes**

Num. de Identificação: 07710638

Data: 2021.09.13 15:09:51+01'00'



**CHAVE MÓVEL**





Processo: 162/EDI/2020  
Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Data receção: 04-02-2020  
Estado: Em apreciação

Procedimento: Licença  
Op. Urbanística: Ampliação

Consulta de Apreciação

Pareceres/Despachos

Data	Técnico	Tipo	Sentido	Conclusões
15-05-2020	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Trincão Silva Cunha	Parecer	Indeferimento	Notifique-se a requerente nos termos e para os efeitos dos artigos 116º e 117º do Código do Procedimento Administrativo, para que, no prazo de 10 (dez) dias, seja dada satisfação ao solicitado na informação N.º 21217/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2020 de 13-05-2020. Deverá ser dado conhecimento à requerente do teor dos pareceres do Departamento de Higiene Urbana informação n.º INF/268/DHU/DMH-U/CML/20 de 10-03-2020 (n.º elemento digital 57443/2020) e do Departamento de Gestão da Mobilidade informação n.º INF 515/DGM/DMMCML/20 de 01-04-2020 (n.º elemento digital 56490/2020), como também do quadro do cálculo da compensação urbanística (n.º elemento digital 69764/2020). Mais se informa que o presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho. Ao Sr. Diretor do DLU, Arg. Nuno Morais: Face aos fundamentos mencionados na Informação N.º 41283/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2020, de 8-10-2020, com a qual se concorda, a que acresce que deverá ser apresentado um levantamento fotográfico do interior do edifício, propõe-se notificar o requerente ao abrigo dos artigos 121º e 122º do CPA, para efeitos de audiência prévia. Deverá ser dado conhecimento dos pareceres do DGM (Doc. Digital n.º 170236/2020) e do DPE (Doc. Digital n.º 185485/2020) Mais se informa que o presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho. Proceder como proposto.
21-10-2020	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Trincão Silva Cunha	Parecer	Indeferimento	
03-12-2020	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Parecer	Indeferimento	
11-05-2021	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Trincão Silva Cunha	Parecer	Aprovação	À Consideração do Sr. Diretor do DLU, Arg. Nuno Morais, Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento de um projeto de alteração e ampliação de um edifício de uso terciário sito na Avenida José Malhoa, 3 e 3B, freguesia de Campolide, inserido no Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa. A proposta prevê, a reformulação essencialmente do interior e alterações exteriores, com o encerramento dos pórticos da galeria existente na fachada Sudeste, ao nível do embasamento do corpo que formaliza o acesso principal ao edifício o alinhamento da fachada com a transformação de alguns vãos de vidro em grelhagens horizontais que materializam a frente de compartimentos técnicos, alçado Nordeste e a abertura de vãos na fachada posterior do edifício, alçado Sudoeste. Considerando que os elementos apresentados através do processo 856/OTR/2021, respondem às questões colocadas na informação técnica 41283/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2020 de 08-10-2020, que da análise efetuada ao projeto de arquitetura (Doc. Digital n.º 19717/2021), se verifica que as alterações propostas não comprometem o preconizado no n.º 1 do Artigo 42º do RPDML, e nos termos do n.º 1 do artigo 20º do RJUE, do artigo 107º do RMUEL, e atendendo ainda ao determinado no n.º 2 do despacho 34/P/2013, retificado pelo Boletim Municipal 1007 de 06-06-2013, a apreciação dos pedidos de licenciamento não deverá incidir sobre as matérias respeitantes ao interior das edificações, incluindo as que digam respeito a acessibilidades, sendo que eventuais incumprimentos serão da inteira responsabilidade do(s) projetista(s), conforme termos de

			<p>responsabilidade constantes do presente processo. Considerando que a proposta mereceu os pareceres Favoráveis do DHU, informação n.º INF/268/DHU/DMHU/CML/20 de 03-10-2020 (Doc. Digital n.º 57443/2020) e do DGM, dado que foi apresentado Estudo de Tráfego e Acessibilidades devido à superfície de pavimento ser superior a 2000m2, informação n.º INF/934/DGM/DMH/CML/20 de 13-08-2020 e, atendendo às alterações propostas ao nível das galerias e o seu impacto na via pública, foi consultado o DEP que emitiu parecer Favorável Condicionado, informação N.º 7972/INF/DMURB_DepEP_DivGEP/GESTURBE/2021 de 23-02-2021 (Doc. Digital n.º 87336/2021).</p> <p>Atendendo à análise técnica efectuada e respectivo despacho, e em caso de concordância com as justificações do projectista quanto à impossibilidade da observância dos parâmetros de estacionamento por condicionalismos físicos e técnicos, julga-se que se poderão encontrar reunidas condições para se aprovar o projecto de arquitectura nos termos e com os fundamentos propostos.</p> <p>Ao DLU Concorro com a análise efectuada, sendo a operação viável. Contudo, o projeto deve, ainda, ser retificado quanto ao estacionamento previsto, no sentido de observar a captação mínima de estacionamento exigível à luz do artigo 75.º e Anexo X do PDM. Aliás, tal captação só não é cumprida por ser diminuído número de lugares de estacionamento atualmente existente, o que torna inaceitável o argumento invocado quanto à impossibilidade de cumprir a exigência de estacionamento, não havendo, deste modo, justificação para ser dispensado o cumprimento da captação mínima de estacionamento. Devem, ainda, ser observadas as condições estabelecidas no parecer favorável condicionado do Departamento de Espaço Público. Notifique-se a requerente para promover as retificações referidas, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 121.º e 122.º do CPA.</p>	
11-05-2021	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Parecer	Aprovação	<p>À Consideração do Sr. Diretor do DLU, Arq. Nuno Moraes, Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento de um projeto de alteração e ampliação de um edifício de uso terciário sito na Avenida José Malhoa, 3 e 3B, freguesia de Campolide, inserido no Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa. A proposta prevê, a reformulação essencialmente do interior e alterações exteriores, com o encerramento dos pórticos da galeria existente na fachada Sudeste, ao nível do embasamento do corpo que formaliza o acesso principal ao edifício o alinhamento da fachada com a transformação de alguns vãos de vidro em grelhagens horizontais que materializam a frente de compartimentos técnicos, alçado Nordeste e a abertura de vãos na fachada posterior do edifício, alçado Sudoeste. Considerando que os elementos apresentados através do processo 6635/OTR/2021, respondem às questões colocadas na informação técnica N.º 18257/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021 de 07-05-2021 e respetivo despacho superior exarado 14-05-2021, que da análise efectuada ao projeto de arquitectura (Doc. Digital n.º 161954/2021), verifica-se que as alterações propostas não comprometem o disposto no n.º 1 do Artigo 42º do RPDML, cumprem a captação mínima de estacionamento conforme preconizado no artigo 75.º e Anexo X do RPDML, e nos termos do nº 1 do artigo 20º do RJUE, do artigo 107º do RMUEL, e atendendo ainda ao determinado no nº 2 do despacho 34/P/2013, retificado pelo Boletim Municipal 1007 de 06-06-2013, a apreciação dos pedidos de licenciamento não deverá incidir sobre as matérias respeitantes ao interior das edificações, incluindo as que digam respeito a acessibilidades, sendo que eventuais incumprimentos serão da inteira responsabilidade do(s) projetista(s), conforme termos de responsabilidade constantes do presente processo. Considerando</p>
14-05-2021	DMURB-Rosália Russo (DMU)	Parecer	Indeferimento	

13-09-2021	DMURB_DepLU_DivLU-Maria Madalena Trincão Silva Cunha	Parecer	Aprovação	<p>que a proposta mereceu os pareceres Favoráveis do DHU, informação n.º INF/268/DHU/DMHU/CML/20 de 03-10-2020 (Doc. Digital n.º 57443/2020) e do DGM, dado que foi apresentado Estudo de Tráfego e Acessibilidades devido à superfície de pavimento ser superior a 2000m2, informação n.º INF/934/DGM/DMH/CML/20 de 13-08-2020 e, atendendo às alterações propostas ao nível das galerias e o seu impacto na via pública, foi dada resposta às condicionantes do DEP que emitiu parecer Favorável, informação N.º 28935/INF/DMURB_DepEP_DivGEP/GESTURBE/2021 de 30-07-2021 (Doc. Digital n.º 208340/2021). Considerando que os elementos a demolir não têm interesse arquitetónico relevante (Fotografias Doc. Digital n.º 19720/2021 e 20988/2021), propõe-se a aceitação do enquadramento das demolições propostas, referentes à reformulação do interior, na alínea e) do n.º 1 do artigo 45º do RPDML. Caso superiormente se concorde com o enquadramento proposto para as demolições, verifica-se que estão reunidas as condições para se propor aprovação do projecto de arquitectura, nos termos e fundamentos expressos na informação técnica N.º 32183/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021 de 26-08-2021. Tendo em consideração as características da pretensão e o seu enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 6º do RMUEL, deverá ser dado conhecimento da informação N.º 32179/INF/DMURB_DepLU_DivLU/GESTURBE/2021 de 26-08-2021 (Doc. Digital n.º 228275) e da respetiva Tabela de Cálculo de Compensação Urbanística (Doc. Digital n.º 228250/2021), alertando-se no entanto que o valor em causa poderá ser alterado, atendendo que as compensações urbanísticas só serão aferidas no momento do deferimento da pretensão. Deverá ser dado conhecimento do teor do parecer do DEP (Doc. Digital n.º 208340/2021). O presente despacho foi elaborado em regime de teletrabalho.</p> <p>Atendendo à análise técnica efetuada e respetivo despacho, com o qual concordo, julga-se que se encontram reunidas condições para se aprovar o projeto de arquitetura nos termos e com os fundamentos propostos.</p> <p>Exmo. Senhor Vereador Ricardo Veludo Concorde, Na sequência da audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA, foi ingressa uma última versão do projeto de arquitetura, sob o registo 6635/OTR/2021, a qual vem responder favoravelmente às questões relacionadas com a captação mínima de estacionamento exigível à Luz do artigo 75.º e Anexo X, ambos do RPDML, bem como quanto às condições estabelecidas no parecer favorável condicionado do Departamento de Espaço Público, o qual se pronunciou favoravelmente sobre esta última versão. Termos em que proponho a aprovação do projeto de arquitetura, verificados que estão os pressupostos consignados no Artigo 20.º, n.º 1, do RJUE.</p>
13-09-2021	DMURB_DepLU-Nuno Miguel Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	Parecer	Aprovação	
20-09-2021	DMURB-Rosália Russo (DMU)	Parecer	Aprovação	